

# Caminhões podem ter restrições no Porto

APS quer entrada no horário agendado

VICTOR BARRETO  
DA REDAÇÃO

Com o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre a Autoridade Portuária de Santos (APS) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF), no mês passado, caminhões poderão ser proibidos de entrar no cais santista fora do horário agendado.

O ACT pretende viabilizar o compartilhamento de informações para o planejamento de ações conjuntas, dentre elas o monitoramento dos veículos destinados ao Porto que passem por estradas federais desde sua origem. A implementação da medida deve acontecer em setembro.

A APS afirma que já possui convênio para troca de informações com a Ecovias, concessionária que administra as estradas estaduais do Sistema Anchieta-Imigrantes, principal acesso à Baixada Santista. Ou seja, a PRF complementaria o monitoramento.

O presidente da APS, Anderson Pomini, diz que a

iniciativa busca oferecer soluções para problemas de logística, como a entrada dos caminhões nas cidades. Isso acontece, por exemplo, quando o veículo chega muito tempo antes do horário de entrada na Poligonal do Porto Organizado. Por isso, a proibição da entrada no cais santista fora de horário é uma possibilidade.

Outro problema para o qual a parceria busca oferecer soluções é a formação de gargalos no trânsito. Pomini citou, como exemplo, a região do Ecopátio, na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, em Cubatão.

“Esse sistema vai dar uma informação ao caminhoneiro para que ele aguarde em bolsões que serão construídos na entrada da Rodovia Anchieta, antes da descida, porque assim se evita o gargalo que costuma acontecer no Ecopátio”, esclarece o presidente da APS.

Ainda segundo Pomini, o plano da APS é organizar a frota em uma escala maior. Para isso, mais convênios devem ser formulados em



Veículos pesados são monitorados nas rodovias estaduais e serão também nas estradas federais, diz APS

um futuro próximo com outras entidades, como companhias de trânsito locais e administradores de rodovias. “Queremos envolver todos aqueles agentes das instituições responsáveis pelo tráfego de caminhões em geral”.

Segundo a PRF, as ações previstas no acordo também englobam melhorias na mobilidade, o combate à violência no trânsito e à criminalidade. Para isso, a APS terá acesso ao Alerta Brasil, sistema de monitoramento da PRF. Enquanto isso, a Polícia Rodoviária Federal poderá acessar o sistema de agendamento de caminhões do Porto de Santos.

“Muitas cargas rodoviárias com destino ao Porto

de Santos trafegam por rodovias federais antes de chegarem à Via Anchieta”, informou a Autoridade Portuária, em nota. Ainda segundo a APS, a principal via federal de acesso ao Porto é a Régis Bittencourt (BR-116), que liga São Paulo a Curitiba.

Em seguida, vem a Presidente Dutra, também BR-116, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro. Depois, a Rodovia Fernão Dias (BR 381), que liga São Paulo a Belo Horizonte e atende, para o Porto de Santos, a região de Campinas. A APS destaca ainda a Rodovia Doutor Manoel Hyppólito Rego (Rio-Santos).

Outras rodovias federais importantes para o Porto

são a BR-153, a Transbrasiliana, que conecta o estado do Tocantins ao Paraná e cruza o Estado de São Paulo de Norte a Sul, entre os municípios de São José do Rio Preto e Ourinhos, e a BR-364, que sai do Mato Grosso.

#### CAPACITAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

Além do monitoramento dos caminhões, o ACT prevê a organização de cursos de conscientização e capacitação dos caminhoneiros. “É preciso cuidar do principal bem, que não é o motor do caminhão, mas sim a saúde mental e física de todos esses profissionais que prestam um relevante serviço para o Brasil”, afirma o presidente da APS.

## Monitoramento será feito por meio de chips

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, explica que o monitoramento dos caminhões deve ser possibilitado a partir dos chips, tecnologia presente na maior parte dos veículos que acessam o Porto de Santos.

“O que pretendemos é unificar essas informações em uma única central de controle do Porto de Santos”, diz. Quanto aos caminhões que não possuem um chip ou uma tag, Pomini afirma que há a possibilidade de que isso seja imposto às proprietárias de frotas.

No momento, a APS desenvolve de um aplicativo que interage com essa tecnologia, o qual já está em estágio avançado, diz ele. Na sequência, deve ser feito o pedido de adesão a todos os entes envolvidos no processo.

Em relação aos custos para os donos de caminhões que ainda não contam com os chips ou tags, Pomini afirma que se estuda uma forma de eles serem compartilhados até mesmo com as operações portuárias ou disponibilizados pelo próprio Porto.

No entanto, para o presidente da APS, a iniciativa se trata de uma economia. “É uma economia de bilhões de reais ao ano, pelo transtorno que é gerado hoje pela desorganização do tráfego de caminhões”, conclui.